



RELATÓRIO DA ANÁLISE DE GASTOS DE GABINETE NO ANO DE 2022¹

INTRODUÇÃO

O grupo de monitoramento do legislativo do Observatório Social do Brasil de São Paulo realizou o levantamento e a análise da atividade de gastos de gabinete do ano de 2022, de forma igual ao que vinha realizando ao longo dos anos anteriores.

Como metodologia para a realização da atividade em 2022, foram realizadas pela equipe de voluntários do T.I. do OSB-SP extrações semestrais dos dados dos relatórios por natureza de despesas; em seguida os dados extraídos eram encaminhados para a coordenação do grupo de trabalho de monitoramento do legislativo do OSB-SP, que adicionava às planilhas individuais de cada vereador e as distribuía entre os voluntários para o levantamento dos gastos nos gabinetes; em seguida os valores eram somados por categoria em cada planilha individual e após o término, todas as somas resultaram num painel interativo de valores gastos de gabinete montado no Power BI, o que permitiu mensurar as médias e as despesas mais realizadas pelos vereadores e estará disponível para consulta pública.

Uma vez que os valores médios gastos em uma categoria de despesa eram calculados, considerou-se que os gastos altos seriam aqueles

¹ Errata: os valores dos gastos no ano de 2022 (tanto o global, quanto por tipo de gasto) foram corrigidos, após ser identificado duplicidade nas informações levantadas nas despesas de um dos 55 parlamentares.



Observatório
SOCIAL DO BRASIL
SÃO PAULO | SP

que estivessem situados a, no mínimo, 1,5 vezes acima do valor médio da despesa pelos vereadores.

Avenida da Liberdade, 532 Bloco E 4º andar Sala Observatório Social – São Paulo - SP
CEP 01502-001 – Fones: (11) 3272-4288



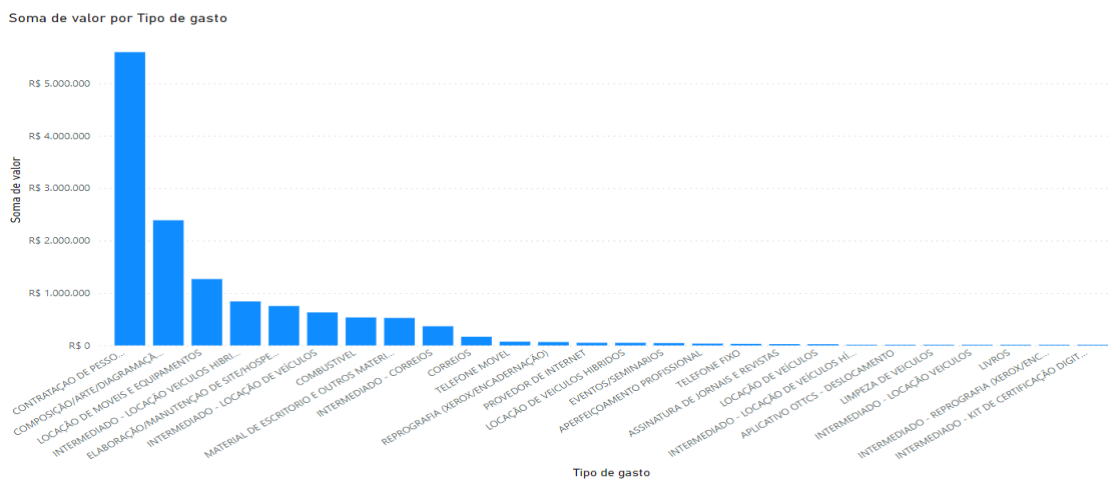
A ANÁLISE

O ano de 2022, igual aos anos de 2020 e 2021, foi marcado pela continuação da pandemia de Covid-19, no entanto diferente dos anos anteriores, este ano foi marcado pela hibridização das atividades na Câmara dos Vereadores.

O auxílio de encargos gerais dos vereadores da Câmara Municipal corresponde a 75% do mesmo auxílio dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

Somando todas as despesas geradas por todos os vereadores no ano de 2022, o custo total que a Câmara teve de gastos de gabinete foi de R\$ 13.476.765,55, o que representa um aumento de R\$ 2.748.554,52 quando comparado com 2021. A composição detalhada qual foi a deste valor está expressa no gráfico a seguir:

GRÁFICO - CUSTOS POR CATEGORIA NO ANO DE 2022 (EM R\$)



Fonte: Observatório Social do Brasil - SP



Como se pode ver no gráfico, dentro do valor de R\$ 13.477.065,55 os gastos mais recorrentes na Câmara Municipal de São Paulo no ano de 2022 estiveram relacionados a contratação de Pessoa Jurídica, (41,52%); Composição, arte, diagramação, produção e impressão (17,72%); locação de móveis e equipamentos (9,40%); Intermediado - locação de veículos híbridos (6,23%); e elaboração e Manutenção de site (5,58%).

Chama a atenção para o fato de que o gasto com contratação de Pessoa Jurídica chegue a corresponder sozinho por quase metade do total de despesas realizadas no ano.

Já quando se junta o gasto de contratação de Pessoa Jurídica com Composição, arte, diagramação, produção e impressão, ambas chegam a corresponderem por 59,24% do valor de R\$ 13.477.065,55, ou seja, R\$ 7.983.907,53.

Analisando algumas notas fiscais, no geral os gastos referentes à contratação de Pessoa Jurídica, de forma semelhante a 2021, estiveram relacionados à prestação de serviços ligados à assessoria jurídica ou de comunicação, gestão de sites e entre outros. Tudo variava entre os gabinetes.

No entanto, vale mencionar aqui que de acordo com a lei municipal nº 13.637/2003, um vereador em São Paulo pode ter em seu gabinete até 18 funcionários, divididos em diversos cargos, sendo que alguns deles poderiam realizar funções que são feitas pelos prestadores de serviço contratados.



Portanto fica aqui a hipótese de que a referida legislação mencionada no parágrafo anterior possui brechas quanto à questão de assessoramento ao parlamentar, uma vez que a pessoa é contratada no regime de Pessoa Jurídica, ou seja, formalmente ela não possui vínculos empregatícios com o gabinete do vereador, diferente dos funcionários que nele trabalham.

Outro gasto mencionado anteriormente e que merece atenção foi o de “Intermediado - locação de veículos híbridos”, pois, possui uma diferença de pouco mais de R\$47.000,00 a mais quando comparado com o ano de 2021, quando o custo foi de R\$792.640,00. Em 2022, foram gastos ao todo R\$839.650,92.

Um detalhe muito curioso neste aspecto de gastos envolvendo a locação de veículo² é que no triênio 2017-2019, época em que não houve algum tipo de restrição de locomoção, o valor total deste tipo de despesa foi de R\$ 3.169.414,42; já no triênio 2020-2022, quando houveram restrições parciais e totais de locomoção por conta da pandemia, este custo subiu para R\$ 4.403.487,24. Isto pode ser visto na tabela abaixo:

TABELA 1 – VALORES DE DESPESAS COM DESLOCAMENTO – HISTÓRICO

² Quando se fala de gasto envolvendo locação de veículos aqui, estão sendo englobados as despesas de “Intermediado – Locação de veículo”, “Locação de veículo”, “Locação de veículos híbridos” e “Intermediado - Locação de veículos híbridos”.



Ano/Tipo de gasto	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Locação de veículos	R\$ 1.003.982,01	R\$ 1.024.728,58	R\$ 1.140.729,83	R\$ 1.310.974,58	R\$ 1.537.857,51	R\$ 1.555.015,15
Combustível	R\$ 459.650,01	R\$ 534.096,81	R\$ 503.481,45	R\$ 298.927,50	R\$ 366.714,90	R\$ 533.694,85
Aplicativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.315,01	R\$ 2.660,94	R\$ 9.618,10	R\$ 2.383,76
Total	R\$ 1.463.632,02	R\$ 1.558.825,39	R\$ 1.650.526,29	R\$ 1.612.563,02	R\$ 1.914.190,51	R\$ 2.091.093,76

Fonte: Observatório Social do Brasil – SP

Outra despesa, combustível, aumentou em pouco mais de R\$166.000,00, indo de R\$366.714,90 em 2021 para R\$533.694,85 em 2022. O valor desta despesa no ano de 2022 é o segundo maior na sequência histórica iniciada em 2017, ficando atrás somente do ano de 2018 (R\$534.096,81).

No entanto, vale lembrar que ao longo do ano de 2022 o preço do litro de combustível foi alto, o que pode explicar, em parte, este aumento do valor com este tipo de despesa.

Já no tocante às despesas relacionadas aos correios, seja ele na modalidade intermediado ou não, a soma dos valores gerados pelos vereadores foi de R\$531.889,62, sendo R\$165.989,13 na modalidade “Intermediado – correios” e R\$365.900,49 em somente “Correios”.

Juntos, os valores com as despesas “Intermediado – correios” e “Correios” em 2022 são menores do que os registrados em 2021, que foi de R\$546.180,73. Contudo, ainda permanece a dificuldade de se obter as notas fiscais para comprovação dessas despesas, com os valores aqui somados podendo tomar como base apenas as



informações presentes nos relatórios mensais de despesa por natureza.

Por fim, vale destacar dois detalhes relacionados às notas fiscais: o primeiro deles é que, igualmente aos anos anteriores, as notas fiscais de gastos com correios não são adicionados às prestação de contas no site da Câmara, o que torna difícil comprovar a veracidade dos valores declarados no relatório mensal de despesa por natureza; já o segundo é que foi constatado ao longo das análises de notas fiscais a ausência de comprovantes de despesas relacionadas “Contratação de Pessoa Jurídica” e “Composição, arte, diagramação, produção e impressão” nos arquivos dos parlamentares que ficam disponíveis para serem baixados no site da Câmara, mas que posteriormente foram disponibilizados sem a necessidade de entrar com pedido via LAI.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as despesas que os parlamentares realizam para conseguir manter os seus mandatos, percebe-se que o valor anual gasto aumentou em quase 30% quando comparado com 2021.

No entanto merece ser lembrado o cenário vivido no ano de 2022, no qual ocorreu a alta na inflação e no preço de combustíveis, o que impacta diretamente na cadeia produtiva do país e consequentemente aumenta o custo de serviços e outras despesas.

No tocante à composição dos R\$ 13.477.065,55 gastos em 2022, merece destaque a despesa de contratação de Pessoa Jurídica, que chega cada vez mais próximo da metade do gasto global feito anualmente, indo de quase 35% para 41,52%, exigindo maior atenção sobre como que os seus gastos ocorrerão ao longo dos próximos anos.

Outras despesas que estão na composição do total gasto pela Câmara merecem destaque são aquelas relacionadas aos correios que, apesar de terem diminuído em 2022, ainda permanecem com baixa transparência, não sendo possível encontrar as notas fiscais ou os contratos de intermediação.

O problema da baixa transparência em despesas com correios faz com que a sociedade civil tenha informações sobre as mesmas tomando com base apenas os relatórios mensais por natureza de despesa, algo que fragiliza um dos princípios legais da administração pública que é o da publicidade, além de forçar a busca por estes



detalhes a partir da Lei de Acesso à Informação, que exige a transparência do poder público como regra e o sigilo como exceção.

Por fim, são reforçados aqui as recomendações feitas pelo Observatório Social do Brasil – SP em 2021 como:

- a) O estabelecimento de limites individuais para cada rubrica das despesas com manutenção de gabinete, levando-se em conta a sua média histórica;
- b) A centralização dos contratos firmados pela Câmara Municipal (Intermediação de Locação de Veículos, de Despesas com Correios e de Reprografia) após o devido processo licitatório, obrigando adesão dos vereadores que desejarem utilizar deste serviço;
- c) A definição clara do que pode ser considerado e reembolsado a título de “Contratação de Pessoa Jurídica”;